

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 203

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Algaci Tulio e Cleiton Kielse.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4394

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inversão da Ordem do Dia, dos itens 04 e 05 da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4393

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) CLEITON KIELSE

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4394, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, solicitando a inversão dos itens 04 e 05 da Ordem do Dia da presente Sessão.
Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 661/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2001, que altera os dispositivos da Lei 11580, de 14.11.1996, que dispõe sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 661/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei 11580, de 14 de janeiro de 1996:

Alteração 1ª - O inciso IV do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - alíquota de 18% (dezoito por cento) para os demais serviços, bens e mercadorias.”

Alteração 2ª - Ficam acrescentados os incisos V e VI e o parágrafo 4º ao artigo 14, com a seguinte redação:

“V - Alíquota de 26% (vinte e seis por cento) para as operações com:

a) gasolina;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

VI - alíquota de 27% (vinte e sete por cento) para operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) prestação de serviços de comunicação;

c) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;

d) fumos e sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH.”

“§ 4º - Para efeitos do disposto na alínea “b” do inciso VI deste artigo a alíquota incidirá sobre o montante dos serviços prestados e efetivamente recebidos”.

Alteração 3ª - Ficam revogadas as alíneas “a”, “d”, “g”, “h” e “i” do inciso I do artigo 14.

“Art. 2º - Acrescenta ao projeto o seguinte dispositivo, dando nova redação à alínea “f” do inciso I do artigo 14:

f) energia elétrica destinada à eletrificação rural.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2002.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

Aprovado.

Vai se proceder à verificação de votação, a pedido do deputado Waldyr Pugliesi.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e sete (27) deputados votaram favoráveis.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezesseis (16) votaram contra.

Está aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, registre os votos da Bancada da Oposição, contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2001, que

autoriza o Poder Executivo a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, lotes localizados no Bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA PC GERAL. EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesse turno só as emendas aprovadas em 2ª Discussão: **Aprovada a emenda**, com voto contrário do deputado Orlando Pessuti.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Extinção, transformação e criação de cargos que especifica, no Tribunal de Contas do Estado, e adota outras providências. PARECER DA PC GERAL.

Em discussão. Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, apenas uma breve declaração de voto contrário do deputado Colombo e da deputada Luciana Rafagnin, até porque, senhor presidente, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, querendo ter uma boa relação com a Assembléia Legislativa, precisa dar as suas informações com absoluta transparência.

Nós do PT, tradicionalmente atuamos com bastante severidade, exagerada severidade com relação à gente, há um processo até de preconceito com o tratamento do PT que nós percebemos naquele tribunal.

Isso vem ainda aliado ao fato de que o Tribunal não tem se relacionado na Assembléia Legislativa como um Poder que precisa ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 039/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, dos meses de novembro e dezembro de 2001, conforme Resolução nº 15 de 10 de junho de 1992. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e outros, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos estaduais. PARECER DA PC GERAL.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria de diversos deputados, devidamente apoiado; também Emendas de Plenário de autoria de diversos deputados, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 706/2001**

Art. 1º - Os depósitos judiciais existentes à época da promulgação desta lei, em dinheiro, de valores referentes a tributos estaduais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda, serão disponibilizados ao Poder Executivo, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado à rede bancária credenciada para o repasse ao Estado do Paraná de tributos estaduais por ela recolhidos.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos estaduais inscritos em dívida ativa.

§ 2º - Mediante ordem de autoridade judicial, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela instituição financeira, mediante transferência de numerário pela Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo máximo de vinte e quatro horas, acrescidos dos índices fixados por lei para remuneração dos depósitos judiciais, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que for, sob pena de bloqueio das contas do Estado;

II - transformado em pagamento definitivo proporcionalmente à exigência do correspondente tributo inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou de decisão favorável à Fazenda Estadual.

§ 3º - instituição bancária oficial, definida por decreto do Poder Executivo, manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º - Os depósitos judiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos estaduais, inclusive seus acessórios efetuados em instituição financeira diversa da mencionada no § 3º do artigo 1º serão transferidos à instituição financeira definida pelo Decreto, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, DUÍLIO GENARI, NELSON TURECK, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO CARLOS BELINATI, CHICO NOROESTE, MARCOS ISFER, CUSTÓDIO DA SILVA, CLEITON KIELSE, CARLOS SIMÕES,

EDNO GUIMARÃES, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, GERALDO CARTÁRIO, LUIZ ACCORSI, MOYSÉS LEÔNIDAS, RICARDO MAIA e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescenta-se um parágrafo único ao artigo 2º, com a seguinte redação:

“Art. 2º -...

Parágrafo Único - Dos valores referentes aos depósitos realizados antes da vigência desta lei, 50% (cinquenta por cento) serão depositados na conta do Tesouro do Estado”.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Tony Garcia, Algaci Tulio, Edson Strapasson e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de evitar que os titulares dos depósitos possam ter dificuldades em reaver seus créditos junto ao Estado no momento do levantamento dos valores.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03,
AO SUBSTITUTIVO**

Acrescenta-se ao Projeto de Lei nº 706/2001, artigo com a seguinte redação:

“Art. 3º - Dos valores disponibilizados ao Poder Executivo na forma desta lei, 20% (vinte por cento) constituirão reserva de contingência”.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, ADEMAR TRAIANO, NELSON GARCIA, CESAR SELEME e DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

A emenda que se propõe ao projeto de lei em causa é oportuna e necessária como garantia ao pronto desembolso nos casos de devoluções que devam ser feitas a curtíssimo prazo.

**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 706/2001**

Emenda Aditiva: acrescenta-se um parágrafo único ao artigo 2º, com a seguinte redação:

“Art. 2º -...

Parágrafo Único - Dos valores referentes aos depósitos realizados antes da vigência desta lei, 50% (cinquenta por cento) serão depositados na conta do Tesouro do Estado”.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de evitar que os titulares dos depósitos possam ter dificuldades em reaver seus créditos junto ao Estado no momento do levantamento dos valores.

Existe uma Emenda de Plenário.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, estou apresentando Emenda de Plenário.

Está em encaminhamento. Gostaria que a Presidência compreendesse que como o projeto foi aprovado há poucos minutos atrás, ainda estão digitando o projeto, mas posso expor a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós fizemos a inversão da pauta.

Está em votação o requerimento de nossa autoria propondo a inversão da pauta.

Em discussão. Em votação.

Aprovado.

Vamos aguardar então a emenda de V. Exa.

V. Exa. já poderá encaminhar a sua emenda.

O SR. IRINEU COLOMBO

A Liderança do Partido dos Trabalhadores está fazendo a elaboração da emenda que pelo menos tenta fazer uma equalização dos recursos que estão aí colocados.

Mantivemos contatos com o Rio Grande do Sul e com o Mato Grosso do Sul. Falamos com a assessoria da Fazenda do Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul eles tomaram, através de projetos de lei já feitos, não os futuros e somente os tributários na ordem de 50%, 50% dos tributários já depositados, o futuro continua lá depositado na Justiça. No Mato Grosso do Sul tem uma pequena variação no percentual, não souberam informar, mas também não pega todo o depósito, essa informação.

Mesmo assim, a informação que nós temos com relação a esta proposta, há ações judiciais favoráveis e outras contrárias, mas por enquanto as medidas judiciais permitem que o governo continue usando 50% dos depósitos tributários referentes ao governo do Estado que estão na Justiça.

Aliás, senhor presidente, quero dizer aos senhores deputados que a intenção dessa minha emenda não é fazer um endosso ao projeto de lei, mas tendo em vista que estamos aqui com a Bancada do Governo aprovando os projetos, quero minimizar os estragos. Por quê, senhor presidente?

Quando há uma empresa fazendo um questionamento tributário, ela deposita em juízo o valor da disputa judicial e o governo vai tomar.

Mas imaginemos que uma pequena empresa ganha a ação. Quem paga ou restitui o crédito tributário é a própria Justiça, que é no mesmo dia. O juiz dá a sentença.

No outro dia, fala: pode ir no Banco e tirar o dinheiro. O que vai acontecer? Teremos no Paraná a ação do pequeno empresário ganha e ele vai ter que negociar com o Governo do Estado para receber esse recurso.

Então, minimamente, para não ser absolutamente incongruente com as propostas que têm em outros Estados, que repito, estão em demanda judicial também, que fique 50% com o Poder Judiciário e 50% com o Poder Executivo, porque no momento em que alguém precisar do recurso, tem uma espécie de reserva de contingência, tanto um Poder como outro tem o recurso para ajudar a pagar o crédito imediato, porque senão, deputado Valdir Rossoni, vem um outro governo e pode se negar a pagar os créditos tributários referente a ganhos judiciais, ou esse governo poderá fazê-lo, porque assim a lei permite.

Senhor presidente, a emenda trata da divisão do repasse ao Poder Executivo, apenas 50% dos depósitos judiciais de tributos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos aguardar alguns minutos, até que chegue a sua emenda.

Suspende-se a Sessão por três minutos.

Reiniciamos os trabalhos.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu havia apresentado a emenda, mas há um apelo da minha Bancada e de alguns deputados da Oposição. Estou fazendo a retirada da emenda que prevê a repartição de 50%, 50%.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deferido.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYCK

Só para comunicar que o presidente do PL de Ponta Grossa e também vereador eleito pelo PL, Sr. João Barbeiro, está na tribuna de honra.

Queria fazer este registro.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Na qualidade de presidente da Comissão Especial de Investigação que vai analisar as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo governo do Estado, estou enviando um requerimento à Mesa solicitando que os dias que fazem parte do recesso parlamentar, não constem para a contagem de prazo, ou seja, fiquem fora do prazo estipulado de 60 dias para averiguação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero aproveitar também e convidar a todos os parlamentares, que no dia 19 vamos ter uma Sessão Solene na Casa, às 17 horas, comemorativa à Emancipação Política do Estado do Paraná. Espero contar com os parlamentares para a Sessão Solene.

Designo para relatar o Substitutivo Geral de Plenário ao Projeto de Lei 706/2001 e subemenda ao substitutivo, deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente e senhores deputados, passo a relatar o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 706, que melhora o conteúdo do texto original vindo do governo. Não farei a leitura, se for necessário poderei fazer.

(Lê):

“Analisando sob o ponto de vista de ordem legal, constitucional, não há nada que impeça a sua normal tramitação. Portanto, somos de parecer favorável aos Substitutivo Geral.”

Da mesma forma, somos de parecer favorável à emenda aditiva ao substitutivo, apresentada também neste momento ao Projeto de Lei 706.

A emenda substitutiva, senhor presidente, apenas para informação, no seu artigo 3º diz o seguinte: os valores disponibilizados ao Poder Executivo, na forma dessa lei, 20% constituirão reserva de contingência.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de requerer a V. Exa. que determine ao relator do projeto que faça a leitura do que é o relatório, porque apenas dizer que o parecer é favorável, não traz a informação nem o conteúdo necessário do que contém o parecer.

Gostaria da leitura, na íntegra, do que é o Substitutivo Geral e o parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, seria importante que soubéssemos o teor do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao deputado Ademar Traiano a leitura do substitutivo.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente solicito ao senhor 1º secretário que proceda a leitura do substitutivo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Tulio)

(Lê):

**“SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 706/2001**

Art. 1º - Os depósitos judiciais existentes à época da promulgação desta lei, em dinheiro, de valores referentes a tributos estaduais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda, serão disponibilizados ao Poder Executivo, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado à rede bancária credenciada para o repasse ao Estado do Paraná de tributos estaduais por ela recolhidos.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos estaduais inscritos em dívida ativa.

§ 2º - Mediante ordem de autoridade judicial, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela instituição financeira, mediante transferência de numerário pela Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo máximo de vinte e quatro horas, acrescidos dos índices fixados por lei para remuneração dos depósitos judiciais, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que for, sob pena de bloqueio das contas do Estado;

II - transformado em pagamento definitivo proporcionalmente à exigência do correspondente tributo inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou de decisão favorável à Fazenda Estadual.

§ 3º - instituição bancária oficial, definida por decreto do Poder Executivo, manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º - Os depósitos judiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos estaduais, inclusive seus acessórios efetuados em instituição financeira diversa da mencionada no § 3º do artigo 1º serão transferidos à instituição financeira definida pelo Decreto, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, DUÍLIO GENARI, NELSON TURECK, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO CARLOS BELINATI, CHICO NOROESTE, MARCOS ISFER, CUSTÓDIO DA SILVA, CLEITON KIELSE, CARLOS SIMÕES, EDNO GUIMARÃES, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, GERALDO CARTÁRIO, LUIZ ACCORSI, MOYSÉS LEÔNIDAS, RICARDO MAIA e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.”

(Lê Emenda Aditiva ao Substitutivo):

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03,
AO SUBSTITUTIVO**

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 706/2001, artigo com a seguinte redação:

“Art. 3º - Dos valores disponibilizados ao Poder Executivo na forma desta lei, 20% (vinte por cento) constituirão reserva de contingência”.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, ADEMAR TRAIANO, NELSON GARCIA, CESAR SELEME E DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

A emenda que se propõe ao projeto de lei em causa é oportuna e necessária como garantia ao pronto desembolso nos casos de devoluções que devam ser feitas a curtíssimo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o parecer do deputado Ademar Traiano à Emenda Substitutiva Geral e a Subemenda Aditiva.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vinte e cinco (25) aprovam.

Vinte e dois (22) rejeitam.

Aprovado o relatório.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, requeiro as notas taquigráficas do referido relatório e sobretudo do Substitutivo Geral e Emendas apostas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. terá as notas taquigráficas da Sessão desde as 9h00 da manhã.

Em discussão o projeto e as emendas.

Aqueles que aprovam a Emenda Substitutiva, queiram levantar-se.

Vinte e seis (26) aprovam.

Aqueles que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) rejeitam.

Está **aprovada** a Emenda Substitutiva.

Vamos votar agora a Subemenda Aditiva.

Em votação.

Aprovada.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vinte e seis (26) aprovam; vinte e dois (22) rejeitam.

Está **aprovada** a Subemenda Aditiva.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4393, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 558/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 219/2001

I - prover ROBISON ALVES MATIAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Baratter, a partir de 02 de maio de 2001.

II - prover CAROLINA PATRUNI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 02 de maio de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.05.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/2001

I - prover MARCO ANTONIO FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover RUBIA ELAINE MOISA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover MARCIA REGINA VENSKI FIUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 1º de março de 2001.

IV - prover GLADMIR BECKER DE CAMARGO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2001.

V - prover PATRICIA KARYN LOZOVE NASR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Ribas Carli, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/2001

I - exonerar, a pedido, VANESSA REGINA ZUFFO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora de Manutenção e Transportes, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, RENATO MARIO MIGUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Transportes, a partir de 01 de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento

(100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/2001

I - exonerar, a pedido, ALESSANDRA ANDRES TULIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, SANDRA DA APARECIDA BARAN CHUCHENE SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, VINDON BERALDO MENON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

IV - exonerar, a pedido, LEONARDO RATES FRANKLIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do

gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

V- exonerar, a pedido, NANCY MARA CHAVES PINTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

VI - prover, JOÃO SUPPLY DE LACERDA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

VII - prover, JULIANA HEINDYK, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 01 de março de 2001.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.03.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário